

“Me sentirei honrado com a presidência”

Jornal do Brasil 4/8/91

Gabriela Máximo

Há meses o Congresso Nacional sul-africano vinha acusando o governo sul-africano de financiar o Inkatha, a organização negra rival do CNA. Quando o senhor saiu da África do Sul, há duas semanas, o presidente Frederik de Klerk finalmente admitiu ter dado ao menos 90 mil dólares ao Inkatha entre 1989 e 1990. Na terça-feira 6 senhor deixa o Brasil de volta para casa. Qual será sua resposta a esta crise?

A resposta do Congresso Nacional Africano ao que nós chamamos de escândalo do Inkathagate não será dada somente por mim quando eu voltar para a África do Sul. O Comitê Nacional executivo do CNA se reuniu e deu uma resposta à crise. A delegação (que o acompanha na viagem) também se reuniu e emitiu um comunicado oficial do qual se podem

ver os pontos principais. Nossa conclusão geral é que um governo interino para a África do Sul nesse período de transição é condição *sine qua non* para uma solução negociada. O *apartheid* continua violento. Por exemplo, notícias de envolvimento do governo sul-africano no apoio ao senhor (Jonas) Savimbi (líder da guerrilha de direita União Nacional pela Independência Total de Angola — UNITA), no processo de pacificação de Angola. Por consequência, o poder está nas mãos do Partido Nacional (PN, presidente De Klerk) pôe em perigo não apenas o processo de paz no governo na África do Sul, mas também processos semelhantes em nossa região.

O senhor defende a formação de um governo provisório na África do Sul enquanto dures as negociações de paz. Como seria a composição deste governo? Ele excluiria o Partido Nacional que está no poder desde 1948?

— Um governo interino na África do

■ Há quatro dias no Brasil, com mais dois pela frente antes de voltar para casa, o líder negro sul-africano Nelson Mandela corre de um canto a outro em busca de apoio a um provável governo da maioria negra na África do Sul. Dezoito meses após sair da prisão e em meio a um processo de transição emperrado, ele evita especular sobre seu pa-

Mandela 3. 8. 91

pel neste futuro governo, mas adianta que se sentirá honrado se for escolhido pelo voto para presidir um país que ele vem redescobrimdo aos poucos após passar mais de um terço da vida na prisão. Aos

73 anos, o presidente do Congresso Nacional Africano surpreende pela disposição de cumprir uma agenda alucinante que começou há 15 dias em Madri e terminará na noite de terça-feira no Rio, aonde



Sul deverá ser um Governo de União Nacional, que envolverá todos os partidos políticos com expressão que estejam dispostos a participar do processo. O Congresso Nacional Africano e o Partido Nacional são os dois partidos mais significativos. Portanto, não há por que excluir o Partido Nacional ou nenhum outro partido político importante.

— Ao seu ver, o presidente Frederik de Klerk ficou enfraquecido depois do escândalo de financiamento do Inkatha? Este novo cenário poderá dar ao Congresso Nacional Africano vantagens políticas em possíveis negociações futuras?

— O Congresso Nacional Africano não procura vantagens sobre outros partidos políticos da África do Sul em futuras negociações. Não é do ponto de vista do CNA que o senhor De Klerk deva estar em desvantagem de alguma forma nas negociações. É, na verdade, a insensatez de uma busca cega por vantagens que tem levado o governo do senhor De Klerk a atitudes criminosas. O único partido que deve estar e estará em vantagem no processo de negociações é o povo da África do Sul. Se uma democracia verdadeira emergir na África do Sul ele (o povo) deve ter colhido os benefícios destas vantagens.

— Há menos de um mês os Estados

ele volta para um dia de descanso antes de regressar à África do Sul. Às 7h30 da manhã de ontem Mandela concordou em conceder uma entrevista exclusiva ao JORNAL DO BRASIL, respondendo as perguntas por escrito em seu quarto de hotel em São Paulo antes de viajar para Salvador.

Unidos, seguidos de alguns países europeus, suspenderam as sanções econômicas impostas pelas Nações Unidas contra a África do Sul. O senhor se sentiu traído pela comunidade internacional?

— A suspensão das sanções e de outras formas de pressão sobre o regime do *apartheid* foi, onde isto aconteceu, tragicamente prematura. Não queremos atribuir motivos ulteriores a esses países que já tomaram uma atitude nesse sentido. Nós esperamos, no entanto, que todos os países que já modificaram suas políticas e os que estão analisando a questão revejam suas políticas a respeito como matéria de urgência e em observação ao estabelecido na Declaração de Harare e na Declaração de Consenso sobre o *Apartheid* e suas Consequências Destrutivas na África do Sul, das Nações Unidas — ambas de 1989.

— Embora o Parlamento sul-africano tenha derrubado recentemente a Lei da Terra, que reservava aos brancos a quase totalidade do solo nacional (87%), o problema não foi resolvido. Se as negociações de paz recomencem, qual será a exigência do Congresso Nacional Africano em relação à propriedade da terra?

— A questão da terra é complexa. Nossas porpostas em relação a ela são igualmente complexas. Nós ope-

ramos a partir da premissa de que não se pode permitir que a situação atual continue para sempre. Estamos propondo a criação de uma Corte de Reivindicação da Terra que trate das demandas das pessoas que foram expulsas de suas terras durante o regime atual (1948 - 1990). Acreditamos que a população negra deva ser assistida para adquirir e utilizar produtivamente a terra para o cultivo.

— O senhor foi libertado há 18 meses, após passar 27 anos na prisão, dos quais cinco cumprindo pena de trabalhos forçados. A lembrança dessa experiência é uma presença constante na sua vida?

— Vinte e sete anos na prisão não é algo que uma pessoa deseje para sua vida. Mas a pessoa deve se concentrar na tarefa que tem nas mãos. Parte desta tarefa é assegurar que uma África do Sul democrática seja estabelecida e que nela nenhuma outra pessoa possa sofrer o mesmo destino. — No que o senhor mais pensava enquanto estava preso?

— As lutas do povo da África do Sul eram, naturalmente, o que vinha em primeiro lugar à minha mente durante os 27 anos em que estive na prisão. Tinha tempo também para estudar e refletir a respeito da luta de outros povos, de outros lugares do mundo, com o objetivo de ver o que poderíamos aprender. É claro que o sofrimento por que minha família, especialmente minha mulher, estava passando era uma agonia com a qual tinha que conviver.

— O senhor tem esperanças de chegar à presidência da África do Sul?

— A questão da presidência da África do Sul tem que ser decidida pelo povo sul-africano. Se ele achar que eu posso servi-lo me sentirei honrado. Minha tarefa neste momento, no entanto, é assegurar que o povo tenha o direito de escolher através de eleições em um sistema democrático.